

2009 - Presidencialismo em Angola «obrigará» a novas eleições

Presidencialismo em Angola «obrigará» a novas eleições

por: Eugénio Costa Almeida©

O semanário angolano O País traz como manchete desta semana algo que já por diversas vezes escrevi neste fórum comunicacional bem assim no meu blogue: se a nova Constituição prever o «Presidencialismo» quase certamente que a Assembleia Nacional deverá ter de ser dissolvida e novas eleições marcadas. Na altura, também outros previram isso mas, mas como sempre desde que o assunto mereça escárnio ou maldizer, não só os detractores desta visão constitucional refutaram essa hipótese como previam a impossibilidade da Constituição vir a contemplar o Presidencialismo. Para reforçar essa ideia pouco peregrina do Presidencialismo, mesmo perante sectores afectos ao actual e ainda inquilino da Cidade Alta que defendiam a eleição indirecta do Presidente e, simultaneamente, uma alteração constitucional a favor do Presidencialismo, os principais partidos mostram que apoiam essa mesma ideia nos Programas apresentados. O MPLA, no seu programa, no Artigo 98º «Titularidade do poder executivo» no nº 1 afirma que o Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do poder executivo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas; enquanto no nº 2 além de reforçar o exercício poder executivo afirma que será auxiliado por um Vice-Presidente e por Ministros, Secretários de Estado e Vice-Ministros. Já o programa da UNITA no Artigo 110º «Órgãos e funções do Estado» no nº1 afirma que as «funções gerais do Estado são exercidas pelos poderes executivo, legislativo e judicial como órgãos de soberania, por órgãos especiais e por órgãos auxiliares» complementando-se no nº 2 ao indicar quem são os referidos órgãos de soberania, como sendo «o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais». O programa da FNLA prevê a existência autónoma dos dois poderes Executivos: a Presidência e o Governo, no TÍTULO II «DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA DO ESTADO» Artigo 36º «a sua Constituição» no nº 1 quando afirma que os órgãos de soberania: são «O Presidente da República; a Assembleia Nacional; o Governo; e os Tribunais. Infelizmente e até hoje, apesar de já ter sido solicitado por mais de uma vez por e-mail, não disponho do Programa Constitucional do PRS — só a resenha que está estampada nos media — pelo que não posso fazer conjecturas do mesmo. Ou seja, os dois principais parceiros parlamentares mesmo, que em oposição, são unânimes em reconhecerem que cabe ao Presidente da República o direito de exercer o Poder Executivo. Logo, reconhecem que Angola deve ser uma República Presidencialista. Ora se a actual Constituição prevê que o Poder executivo pertence a um Governo saído das eleições parlamentares não é crível nem admissível que na nova Constituição o actual Parlamento se mantenha porque não foi eleito para estar subordinado a uma personalidade que terá de escolher os novos coadjutores (Ministros, Vice-Ministros e Secretários) que não terão, necessariamente saírem do partido mais votado. Por outro lado esta actual Assembleia Nacional foi eleita não só para aprovar a nova Constituição como, também e não menos importante, escrutinar o Governo saído das eleições. Por isso é natural e lógico que a ser aprovada a nova Constituição obrigue a dissolução da Assembleia Nacional e se convoque eleições não só Legislativas como Presidenciais — e de preferência na mesma data. Todavia, não me parece que os actuais Partidos nacionais com assento no Parlamento estejam virados para um jogo que, à partida, mesmo não viciado — e vamos acreditar que não estará, embora —, se apresenta complicado face às debilidades que uns apresentam e às extemporaneidades sociais pouco agradáveis, como são os casos das demolições e das estranhas redeslocações populacionais que fazem sempre efeitos no seio dos eleitores. Ainda assim, e perante a necessidade de se rever e aprovar a nova Constituição — mesmo que o prazo já tenha sido dilatado — a acontecer que se aprove o Presidencialismo teremos de reconhecer que será uma prenda, embora atrasada e minorada — porque a eleição será directa e universal — para José Eduardo dos Santos que hoje completa 67 anos. É, parabéns senhor Presidente. Prendas destas não é todos os dias — 28/Ago./2009 ©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 28.Agosto.2009, (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=23730&category=Manchete>) sob o título acima